

A CHEGADA DO ALUNO DEFICIENTE NA ESCOLA: proposta de intervenção socioescolar

Francisca Janaina Carneiro da Silva
Universidade Estadual Vale do Acaraú
franciscacarneiro1314@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho intitulado “A CHEGADA DO ALUNO DEFICIENTE NA ESCOLA: proposta de intervenção socioescolar” faz parte do processo de conclusão do curso de graduação em Pedagogia e visa apresentar uma proposta de intervenção socioescolar realizada em ambiente real de atuação do professor. Além disso, esse trabalho faz uma retomada teórica, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como autores principais: Silva e Bergamo (2008), Oliveira e Schwartzman (2002), entre outros que tratam do tema. Apresenta-se educação inclusiva e o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino. Por se tratar da busca de uma sociedade inclusiva, faz-se necessário na presente pesquisa uma abordagem qualitativa. Esta pesquisa ampliou o conhecimento científico sobre a inclusão no ambiente escolar, possibilitando-se refletir sobre o assunto em estudo. Através da metodologia, constatou-se que num ambiente escolar adequado as crianças desenvolvem as potencialidades, promovendo a aprendizagem. Espera-se que este trabalho contribua com os educadores para ter uma visão mais clara sobre a importância da verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Interação. Inclusão. Crianças.

A ESCOLA INCLUSIVA: desafios e perspectivas

A partir da década de 70 fez-se necessário a importância e a preocupação com a educação especial no nosso país, enfatizando a integração desse público ao sistema educacional. A inclusão surgiu há muitos anos, mas só veio a se tornar motivo de debate entre profissionais e tema de trabalhos científicos a partir da declaração de Salamanca, em 1994, que propôs que o aluno com necessidades especiais deverá ter acesso as escolas regulares sem que não haja necessidade de se adequar a elas.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a educação inclusiva. Esta proposta ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca. (GLAT e FERNANDES, 2005, p.8-9).

Em outros períodos da história da educação inclusiva, a aprendizagem de pessoas com deficiências não se fazia necessária e nem era considerada importante. “Os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade da escolarização dessa clientela” (GLAT e FERNANDES, 2005, p.01, apud FERNANDES, 1999).

Autoridades engajadas na causa e direito da pessoa deficiente vêm cada vez mais lutando para que esses direitos sejam respeitados perante a legislação brasileira. Nessas últimas décadas estamos vivenciando um grande momento do conceito sobre o que é inclusão, apresentando a toda sociedade a importância da integração da inclusão para todos. Está na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, a inserção de todos os alunos, mesmo os portadores de deficiências severas preferencialmente no sistema da rede regular de ensino. (Constituição, capítulo III, artigo 208, inciso III, Brasil 1988, p.34)

Mas conforme Glat e Ferreira (2003, p. 04), o “movimento em prol da educação inclusiva trouxe uma discussão sobre a finalidade da educação especial normalmente no seu excesso de especialização”. Assim, os profissionais da área da educação e outros que abrangem esses atendimentos especializados têm grande falta em instituições de ensino. Além disso, na maioria das vezes não se encontra

profissionais que atendam de forma afetiva, porque é dessa forma que o atendimento deve ser oferecido para os alunos especiais incluídos.

A instituição escolar é onde acontecem as instruções e encaminhamento para que aconteça o desenvolvimento e aprendizagem de cada indivíduo, criando um vínculo de afetividade e respeito entre todos que estão inseridos no ambiente escolar.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. (SANT'ANA, 2005, p. 228).

A presença da família deve ser de suma importância para que aconteçam mudanças significativas na vida das pessoas com necessidades especiais, levando o conhecimento para dinamizar as diferenças que se apresentam, seja no convívio social e/ou no cultural. Assim, afirma (BARBOSA, 2011, p. 22) “os pais são fundamentais para inclusão escolar desses alunos, acreditando e auxiliando o professor”.

9

Sabendo que a integração das crianças especiais na instituição escolar faz toda a diferença no desenvolvimento cognitivo dos mesmos, com comprovação científica, a área da medicina deixa claro que com novas estratégias e metodologias adequadas a cada especialidade, o aluno desenvolve sua aprendizagem de acordo com os seus limites. Dessa forma, segundo Barbosa

Para que verdadeiramente se estabeleça uma educação de qualidade para todos, é fundamental a participação ativa do professor. O êxito de sua atividade é determinado pelas suas condições de trabalho, formação, competência pedagógica, avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para o sucesso da inclusão. (BARBOSA, 2011, p.21 apud FACION, 2008, p.147).

Entende-se por escola inclusiva aquela que assiste o aluno com necessidades especiais em salas de aula regular, utilizando uma única metodologia que abranja todos os discentes sem deficiência e com deficiência.

Ao longo dos anos vem se tornando mais comum as escolas usarem a “inclusão” no seu cotidiano.

No cenário do mundo atual denota um movimento em direção a um sentido de inclusão social e o sujeito com deficiência passa a dividir a cena com os sujeitos sem deficiência, coabitando os diversos espaços sociais, onde conceitos e práticas assumem cada vez mais um caráter efêmero e de possibilidades múltiplas. (ROSEK, 2009, p. 06).

Dessa forma, todo o ser humano passa a conviver com as diferenças, respeitando-as. Estas também são vistas apenas como diversidade, não mais como um problema segregação.

Ainda existe inúmeros debates acerca da inclusão tão almejada por parte da sociedade, principalmente as comunidades escolares.

A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional tem gerado discussões e controvérsias, promovendo a reflexão sobre novas possibilidades no ato de ensinar e aprender. (SALVI, 2003, p. 6).

No mundo atual existe uma grande discussão sobre a inclusão do aluno portador de necessidades especiais na sala de aula regular, como ela acontece de fato, pois alguns estudiosos entendem que a inclusão não deve ser imposta, tem que acontecer, mas assegurando o direito do ingresso e a permanência desse aluno na escola.

10

No discorrer do assunto, (MANTOAN, 2005, p.26) declara que “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Assim, a escola é a instituição social da diversidade e é nela que se inicia o processo de inclusão, que tem como objetivo o respeito e a convivência entre os diferentes, onde cada um faz parte do todo, buscando, dessa forma, a aprendizagem e a prática do exercício da cidadania.

A escola sempre foi um espaço de diferentes, porém, historicamente, ela foi uma instituição social que privilegiava alguns, entre este grupo de alunos apropriados à aprendizagem, não estavam aptos os deficientes físicos, mentais, visuais e auditivos. Desta maneira, o que de fato ocorria era a exclusão. Hoje, ainda não é realizada a verdadeira inclusão, mas muita coisa já está acontecendo para que ela seja feita em sua plenitude.

Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados. (FRIAS, 2008, p. 8).

Dessa forma, podemos reconhecer que a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência o direito de ocupar o seu espaço na sociedade e, se isso não acontecer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade.

A inclusão escolar não pode ser feita apenas com estrutura física das escolas ou simplesmente uma matrícula obrigatória, feita antecipada, isso também faz parte, mas o mais importante para acontecer de fato essa inclusão é fazer o aluno se sentir parte daquele universo, é trocar experiências entre todos. Se na sala de aula existir um aluno surdo ou com deficiência visual, assistir as aulas na sala regular junto com os demais e no contraturno, ter aulas de libras ou de braile, seja qual for a sua necessidade.

Assim, o aluno dito “normal” aprenderá com o aluno de necessidades especiais e vice-versa, todavia, para que isso aconteça, é de extrema necessidade que o Projeto Político Pedagógico esteja fundamentado e adequado à inclusão do aluno com necessidades especiais. Sobre o assunto, o teórico Frias (2008) enfatiza que:

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais. (FRIAS, 2008, p. 10).

Desde nossos primeiros contatos com o que chamamos de civilização e costumes, nos deparamos com situações que precisam ter uma boa socialização entre o que é ser racional, o homem. No entanto, precisamos respeitar, aceitar, interagir e socializar para termos uma sociedade inclusiva e integrada.

No avanço que a sociedade está a cada dia, alcançar um objetivo em uma direção que seja mais uma integração de valores e respeito com todos que estão incluídos neste contexto de sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Juliana Silveira Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar**. Itabatinga/MG. 2011.

FRIAS, Elizabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular. Paravanaí/PR. PDE 2008. Acesso em 04 set 2016.

GLAT, Rosana e FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva**: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação brasileira. Revista inclusão, Nº1, 2005, MEC/SEESP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In: Nova Escola, maio, 2005.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e, SCHWARTZMAN, Simon. **A escola vista por dentro**. Belo Horizonte/MG. Alfa Educativa Editora, 2002.

ROZEK, Marlene. **A Educação Especial e a Educação Inclusiva**: compreensões necessárias. Porto Alegre, RS. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/918/665>. Acesso em: 06 set. 2016.

13

SALVI, Inez. **A inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais no contexto educacional**. Instituto Catarinense de Pós- Graduação. Blumenau/ SC. 2003. Disponível em: <www.posuniassselvi.com.br/artigos/rev01-02> Acesso em 05 set 2016.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva**: Concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n. 2, p. 227-234, mai./ago.2005.

SILVA, Joselita Romualdo, BERGAMO, Regiane Banzatto. **A percepção de diferentes autores que atuam no cenário da educação inclusiva**. 2008.
SILVESTREIN, Patrícia. **Método Montessori e Inclusão Escolar**: articulações possíveis. Porto Alegre, 2012.